

ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A.

CNPJ nº 04.848.115/0001-91



Relatório da Administração

Apresentação

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A. (Corretora) submete à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as respectivas notas explicativas relativas aos exercícios de 31 de dezembro de 2017 e 2016, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Ativo			Passivo		
2017			2017		
2016			2016		
Circulante	256.328	287.444	Circulante	11.495	26.263
Disponibilidades	20	1.268	Outras obrigações	11.495	26.263
Aplicações interfinanceiras de liquidez	245.571	275.698	Fiscais e previdenciárias	11.439	8.887
Aplicações no mercado aberto	641	500	Diversas	56	17.376
Aplicações em depósitos interfinanceiros	244.930	275.198	Exigível a longo prazo	22.987	21.503
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	4.088	6.789	Outras obrigações	22.987	21.503
Carteira própria	2.067	-	Fiscais e previdenciárias	305	21.503
Vinculados à prestação de garantias	2.021	6.789	Diversas	22.682	-
Outros créditos	6.641	3.689	Patrimônio líquido	299.274	271.960
Diversos	6.641	3.689	Capital:		
Outros valores e bens	8	-	De domiciliados no exterior	152.872	152.872
Despesas antecipadas	8	-	Aumento de capital	16.470	-
Realizável a longo prazo	77.428	32.024	Reserva de lucros	129.932	119.088
Outros créditos	77.428	32.024			
Diversos	77.428	32.024			
Permanente	-	258			
Investimentos	-	258			
Outros investimentos	-	258			
Total do ativo	333.756	319.726	Total do passivo	333.756	319.726

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

Eventos						
	Capital social	Aumento de capital	Reserva de lucros		Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total
			Legal	Estatutária		
Saldos em 31 de dezembro de 2015	152.872	-	13.248	106.104	-	272.224
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	28.354	28.354
Reserva estatutária	-	-	-	6.519	(7.937)	(1.418)
Outras reservas	-	-	1.418	-	-	1.418
Dividendos pagos	-	-	-	(8.201)	-	(8.201)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(20.417)	(20.417)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	152.872	-	14.666	104.422	-	271.960
Aumento de capital	-	16.470	-	-	-	16.470
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	30.221	30.221
Reserva estatutária	-	-	-	9.333	(9.333)	-
Outras reservas	-	-	1.511	-	(1.511)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(19.377)	(19.377)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	152.872	16.470	16.177	113.755	-	299.274
Saldos em 30 de junho de 2017	152.872	-	15.287	104.422	11.797	284.378
Aumento de capital	-	16.470	-	-	-	16.470
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	17.803	17.803
Reserva estatutária	-	-	-	9.333	(9.333)	-
Outras reservas	-	-	890	-	(890)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(19.377)	(19.377)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	152.872	16.470	16.177	113.755	-	299.274

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

1. Contexto operacional

A ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A. (Corretora) tem por objetivo social, entre outras atividades, exercer funções de agente emissor de certificados, intermediar em operações de câmbio, comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros, instituir, organizar e administrar fundos mútuos e clubes de investimento, agir como correspondente de outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e exercer outras atividades expressamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil e/ou pela Comissão de Valores Mobiliários.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, e normas emanadas do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e incluem estimativas contábeis que consideram fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a provisão para contingências, registradas de acordo com a Resolução nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, e Carta Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, do BACEN, e a valorização de títulos e valores mobiliários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Corretora revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Consideram-se caixa e equivalentes de caixa as disponibilidades e aplicações financeiras, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias contados da data de sua emissão, cujos recursos podem ser convertidos imediatamente em caixa, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança em seu valor.

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Desempenho

No exercício de 2017 a Corretora apresentou lucro de R\$ 30,2 milhões, sendo que no exercício anterior apresentou lucro de R\$ 28,3 milhões.

Índice de Basileia

A Corretora adota a apuração dos limites de Basileia de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial, de acordo com as diretrizes do Banco

Central do Brasil. Em 31 de dezembro de 2017, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 21,4%.

Gerenciamento de Risco

O gerenciamento e o acompanhamento das exposições ao risco operacional da Corretora são efetuados por área independente de forma consolidada. O relatório da estrutura de gerenciamento de risco operacional está disponível na sede da Corretora.

São Paulo, 20 de março de 2018.

A Diretoria

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)			
	Semestre	Exercício	Exercício
	2017	2017	2016
Receitas da intermediação financeira	10.757	25.734	35.350
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	10.757	25.734	35.352
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	-	(2)
Resultado bruto da intermediação financeira	10.757	25.734	35.350
Outras receitas/despesas operacionais	(243)	(1.423)	(938)
Outras despesas administrativas	(463)	(1.154)	(963)
Despesas tributárias	(773)	(1.896)	(1.663)
Outras receitas operacionais	1.493	2.810	3.270
Outras despesas operacionais	(500)	(1.183)	(1.582)
Resultado operacional	10.514	24.311	34.412
Resultado não operacional	5.811	14.627	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro	16.325	38.938	34.412
Imposto de renda e contribuição social	1.478	(8.717)	(6.058)
Provisão para imposto de renda	1.081	(4.498)	(3.096)
Provisão para contribuição social	775	(3.697)	(2.564)
Ativo fiscal diferido	(378)	(522)	(398)
Lucro/prejuízo líquido do semestre/exercício	17.803	30.221	28.354
Juros sobre capital próprio	(19.377)	(19.377)	(20.417)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)			
	Semestre	Exercício	Exercício
	2017	2017	2016
Atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado do semestre/exercício	11.992	15.594	28.354
Lucro líquido do semestre/exercício	17.803	30.221	28.354
Resultado não operacional	(5.811)	(14.627)	-
Variação de ativos e obrigações	(20.309)	(16.959)	(3.038)
Redução (aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	17.679	30.268	(6.455)
Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários	2.752	2.701	(21)
Aumento (redução) em outros créditos	(45.772)	(48.356)	(1.783)
Redução (aumento) em outros valores e bens	27	(8)	7
Redução (aumento) em outras obrigações	5.005	(1.564)	5.214
Caixa líquido (aplicado) em atividades operacionais	(8.317)	(1.365)	25.316
Atividades de investimento			
Alienação (aquisição) de investimento	66	258	-
Caixa líquido originado em atividades de investimento	66	258	-
Atividades de financiamento			
Juros sobre capital próprio	-	-	(20.417)
Dividendos pagos	-	-	(8.201)
Caixa líquido (aplicado) em atividades de financiamento	-	-	(28.618)
Aumento (redução) nos fluxos de caixa	(8.251)	(1.107)	(3.302)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	8.912	1.768	5.070
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	661	661	1.768
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(8.251)	(1.107)	(3.302)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

h) Resultado por ação

O lucro por ação é calculado dividindo-se o lucro pelo número de ações nominativas em poder dos acionistas no fechamento dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

4. Gerenciamento de riscos

O gerenciamento e o acompanhamento das exposições ao risco operacional são efetuados por área independente de forma consolidada, como segue:

Risco operacional

A possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência, ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos são gerenciadas através de estrutura criada com essa finalidade, que contempla instrumentos de identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação de riscos operacionais desenvolvidos por sua controladora ING Group (Amsterdã - Holanda). A Administração da Corretora participa ativamente no processo de implementação e manutenção desta estrutura, estabelecendo regras e mandatos que atribuem deveres e responsabilidades e disseminam a política de risco operacional aos diversos níveis da Corretora. Para o cálculo da parcela referente ao risco operacional, definida pela Circular nº 3.383/08 e 3.476/09 do Banco Central do Brasil, foi adotada a metodologia de Abordagem do Indicador Básico.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

5. Caixa e Equivalente de caixa

	2017	2016
Disponibilidades	20	1.268
Aplicações no mercado aberto	641	500
Caixa e equivalentes de caixa	661	1.768

6. Aplicações interfinanceiras de liquidez

A carteira de aplicações interfinanceiras de liquidez é composta por aplicações no mercado aberto no montante de R\$ 641 (R\$ 500 em 2016) e certificados de depósitos interfinanceiros no montante de R\$ 244.930 (R\$ 275.198 em 2016) com vencimento de três a doze meses.

7. Títulos e valores mobiliários

A composição da carteira de títulos e valores mobiliários, o custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, o valor de mercado e a segregação por faixas de vencimento estão demonstradas como segue:

Títulos e valores mobiliários				
	2017		2016	
	Até 3 meses	Valor contábil/mercado	Custo Atualizado	Valor contábil/mercado
Carteira própria para negociação				
Letras do tesouro nacional	2.067	2.067	2.065	-
	2.067	2.067	2.065	-
Vinculados à prestação de garantias				
Outros	2.021	2.021	2.021	6.789
	2.021	2.021	2.021	6.789

O valor de mercado representa o fluxo de caixa futuro trazido a valor presente pelas taxas calculadas a partir da estrutura a termo das taxas de juros estimadas pela ANBIMA ou agentes de mercado, se necessário. Os títulos públicos federais encontram-se custodiados em conta própria no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC). Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

8. Outros créditos - Diversos

Créditos diversos				
	2017		2016	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Créditos tributários - Impostos e contribuições (Nota 11)	-	-	-	217
Impostos a compensar	6.641	1.345	3.139	1.336
Depósitos judiciais (Nota 10.c)	-	76.083	-	30.471
Devedores diversos país	-	-	550	-
Total	6.641	77.428	3.689	32.024

9. Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias

Obrigações fiscais e previdenciárias				
	2017		2016	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Impostos e contribuições a recolher	3.243	-	3.224	-
Imposto de renda e contribuição social	8.195	-	5.661	-
Impostos e contribuições diferidos	1	305	-	-
Provisão para riscos fiscais (*)	-	-	2	21.503
Total	11.439	305	8.887	21.503

(*) Em 2017, os valores de provisões fiscais foram reclassificados por orientação do BACEN, da linha de provisões para riscos fiscais para Outras Obrigações diversas - Provisão para contingências.

Em 2016 a provisão para riscos fiscais é representada basicamente por obrigações legais de natureza tributária relacionadas a imposto de renda e contribuição social, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas e depositadas judicialmente pelo valor integral em discussão.

Os principais processos referem-se à exigência de IRPJ e CSLL sobre a receita da alienação das ações da Bovespa e da BM&F S.A. que substituíram os títulos patrimoniais, quando do processo de desmutualização, no valor atualizado de R\$ 16.883 (R\$ 16.043 em 2016), foi apresentado recurso voluntário no CARF, pendente de julgamento. E processos de PIS e Cofins contingencial no valor de R\$ 5.181 (R\$ 4.849 em 2016).

10. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

a) Ativos contingentes: em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não foram reconhecidos ativos contingentes e não há processos classificados como prováveis de realização.

b) Passivos contingentes classificados como perda possível e sem provisão: a Corretora possui processos administrativos e judiciais de natureza tributária cuja probabilidade de perda é avaliada como possível

pela Administração e assessores legais externos e para as quais não foram constituídas provisões. Dentre esses processos, relacionamos os mais relevantes:

- Auto de infração que tem como objeto a exigência de PIS e COFINS sobre a receita da alienação das ações da Bovespa e da BM&F S.A. que substituíram os títulos patrimoniais, quando do processo de desmutualização, no valor atualizado de R\$ 43.805 (R\$ 34.326 em 2016). Recurso voluntário julgado improcedente no CARF. ING CCT recorreu à esfera judicial, ainda pendente de julgamento.
- Auto de infração que tem como objeto a exigência de CPMF, em virtude de suposta falta de pagamento do tributo, processo encerrado (R\$ 9.354 em 2016). Recurso voluntário julgado improcedente no CARF. ING CCT recorreu à esfera judicial. Caso foi encerrado na esfera judicial com vitória da Corretora.
- Execução Fiscal que tem como objeto a exigência de IRRF nas operações de Hedge do ano fiscal de 1999, no valor atualizado de R\$ 5.646 (R\$ 5.218 em 2016). O IR retido na Fonte não foi retido em virtude de liminares obtidas pelos clientes. A autoridade fiscal discorda do procedimento adotado. Atualmente continua a discussão no âmbito judicial com a oposição de embargos de declaração diante da decisão contrária que não considerou os argumentos apresentados pela ING CCT. Adicionalmente aos processos acima relacionados, a Corretora possui outros processos fiscais com probabilidade de perda possível no montante de R\$ 10.173 (R\$ 8.840 em 2016).

c) Depósitos judiciais: correspondem, basicamente, a processos judiciais relativos a obrigações legais de natureza tributária. Os principais valores depositados estão relacionados a exigência de PIS e COFINS sobre a receita da alienação das ações da Bovespa e da BM&F S.A. no montante de R\$ 43.805, depósito feito em 2017, IRPJ e CSLL sobre a receita da alienação das ações da Bovespa e da BM&F S.A. no montante de R\$ 16.883 (R\$ 16.043 em 2016), créditos de IRRF 1999 no montante de R\$ 5.646 (R\$ 5.321 em 2016), suspensão da exigibilidade da contribuição ao PIS no montante de R\$ 2.742 (R\$ 2.563 em 2016), suspensão da exigibilidade da COFINS no montante de R\$ 2.625 (R\$ 2.438 em 2016) e compensação indevida de prejuízo fiscal no montante de R\$ 4.109 (R\$ 3.841 em 2016). O saldo remanescente de R\$ 274 (R\$ 261 em 2016) é composto, basicamente, por depósitos para interposição de recursos fiscais.

11. Imposto de renda e contribuição social

Nos termos da Resolução nº 3.059/02 e alterações introduzidas pela Resolução nº 3.355/06, ambas do BACEN, a Corretora não possui créditos tributários diferidos de IRPJ e CSLL em 2017 (R\$ 217 em 2016).

As movimentações de créditos e obrigações tributárias diferidas ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 estão demonstradas a seguir:

Créditos tributários diferidos				
	31/12/2016	Adições	Baixas	31/12/2017
Outras provisões temporárias	217	-	(217)	-
Total	217	-	(217)	-

A conciliação dos valores registrados em contas de resultado a título de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido está demonstrada como segue:

	2017		2016	
	Imposto de renda	Con-tribuição social	Imposto de renda	Con-tribuição social
Apuração de imposto de renda e contribuição social				
Corrente				
Resultado antes dos impostos	38.938	38.938	34.412	34.412
(-) Juros sobre capital próprio	(19.377)	(19.377)	(20.417)	(20.417)
Resultado antes dos impostos ajustado	19.561	19.561	13.995	13.995
Adições (exclusões) temporárias	(1.113)	(1.113)	(821)	(821)
Atualização monetária do passivo contingente e variação monetária sobre depósitos judiciais	(1.307)	(1)	(820)	(820)
Outras adições	194	194	(1)	(1)
Adições (exclusões) permanentes	38	38	(353)	(353)
Exclusão sobre dividendos	(107)	(107)	(488)	(488)
Doações	80	80	85	85
Adições indedutíveis diversas	65	65	50	50
Base tributável	18.486	18.486	12.821	12.821
Imposto de renda/ contribuição social (alíquota 15% IR e 20% CS)	(2.773)	(3.697)	(1.923)	(2.564)
Adicional de imposto de renda (alíquota de 10%)	(1.825)	-	(1.258)	-
Incentivo fiscal	100	-	85	-
Imposto de renda e contribuição social	(4.498)	(3.697)	(3.096)	(2.564)

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas da

ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A. ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional

do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Corretora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Corretora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos

	2017		2016	
	Imposto de renda	Con-tribuição social	Imposto de renda	Con-tribuição social
Imposto de renda e contribuição social diferido				
Provisões não dedutíveis temporariamente	(1.306)	(1.306)	(824)	(824)
Base tributável diferida	(1.306)	(1.306)	(824)	(824)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(326)	(196)	(206)	(192)

12. Operações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas foram realizadas com base em condições usualmente praticadas pelo mercado e os saldos correspondentes em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão demonstrados como segue:

	2017	2016
Ativo e (passivo)		
Depósitos bancários	4	14
Aplicações em depósitos interfinanceiros	244.930	275.198
Aplicação em operações compromissadas	641	-
Juros sobre capital próprio	-	(17.354)
Receitas e (despesas)		
Rendas de aplicações em operações compromissadas	541	108
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	24.686	34.334
Outras despesas administrativas	(314)	(314)
Despesas com juros sobre o capital próprio	(19.376)	(20.417)

As mencionadas operações foram realizadas com o ING Bank N.V. Filial São Paulo em condições e taxas de mercado vigentes na data, conforme Resolução nº 3.750/09 do Conselho Monetário Nacional (CMN).

13. Patrimônio líquido

O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 169.342 e está representado por 86.256.718 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 43.128.359 ordinárias e igual quantidade de preferenciais.

A reserva de lucros é constituída ao final de cada exercício social na forma prevista na legislação societária brasileira, sem designação específica, podendo ser utilizada para distribuição de dividendos ou futuro aumento de capital, de acordo com o que for definido pelos acionistas em atos societários pertinentes.

É assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, conforme estabelecido no estatuto social, e ajustado na forma da legislação vigente, ao qual poderá ser imputado o valor dos juros pagos ou provisionados, a título de remuneração do capital próprio.

Em conformidade com a Lei nº 9.249/95 e alterações posteriores, a Administração da Corretora deliberou pela distribuição de juros sobre o capital próprio, calculados com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), no montante de R\$ 19.377 (R\$ 20.417 em 2016).

De acordo com a Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 21 de dezembro de 2017, foi aprovado aumento do capital de R\$ 16.470, mediante subscrição de 4.901.812 novas ações nominativas, sem valor nominal e não conversível em outras formas. O aumento de capital da Corretora de R\$ 16.470 para R\$ 169.342 encontra-se em processo de aprovação no BACEN.

14. Informações adicionais

a) A exigência de patrimônio líquido é apurada de forma consolidada, considerando as entidades financeiras do Grupo ING, nos termos da Resolução nº 2.283/96, do Conselho Monetário Nacional e alterações posteriores. Em 31 de dezembro de 2016, o valor do índice de Basileia era de 21,4% (22,6% em 2016).

b) Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não havia operações próprias com instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e compensação.

c) Outras despesas administrativas correspondem, substancialmente, as despesas de serviços do sistema financeiro nacional R\$ 46 (R\$ 46 em 2016), despesas de comunicações R\$ 64 (R\$ 118 em 2016), despesas com convênio R\$ 314 (R\$ 314 em 2016), despesas com publicações oficiais R\$ 73 (R\$ 72 em 2016), contribuições filantrópicas R\$ 100 (R\$ 70 em 2016) e outras despesas administrativas no montante de R\$ 557 (R\$ 381 em 2016).

d) Outras receitas operacionais correspondem a atualização monetária sobre depósitos judiciais R\$ 2.486 (R\$ 2.366 em 2016), dividendos R\$ 107 (R\$ 88 em 2016), outras receitas operacionais no montante de R\$ 217 (R\$ 213 em 2016) e atualização monetária e receita sobre restituição de títulos precatórios R\$ 203 em 2016.

e) Outras despesas operacionais correspondem a atualização de riscos fiscais no valor de R\$ 1.179 (R\$ 1.582 em 2016).

f) Resultado não operacional, no montante de R\$ 14.627, sendo R\$ 8.812 no primeiro semestre, referente ao resgate das ações da CETIP em virtude da unificação da BM&F Bovespa e Cetip (B3 Brasil Bolsa Balcão) e alienação total das demais ações da B3 Brasil Bolsa Balcão no segundo semestre no valor de R\$ 5.811.

A Diretoria

RICARDO E. OTANI - CONTADOR - CRC 1SP221880/O-6



Relatório da Administração

Apresentação

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A. (Corretora) submete à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as respectivas notas explicativas relativas aos exercícios de 31 de dezembro de 2017 e 2016, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho

No exercício de 2017 a Corretora apresentou lucro de R\$ 30,2 milhões, sendo que no exercício anterior apresentou lucro de R\$ 28,3 milhões.

Índice de Basileia

A Corretora adota a apuração dos limites de Basileia de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial, de acordo com as diretrizes do Banco

Central do Brasil. Em 31 de dezembro de 2017, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 21,4%.

Gerenciamento de Risco

O gerenciamento e o acompanhamento das exposições ao risco operacional da Corretora são efetuados por área independente de forma consolidada. O relatório da estrutura de gerenciamento de risco operacional está disponível na sede da Corretora.

São Paulo, 20 de março de 2018.

A Diretoria

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

Ativo			Passivo		
	2017	2016		2017	2016
Circulante	256.328	287.444	Circulante	11.495	26.263
Disponibilidades	20	1.268	Outras obrigações	11.495	26.263
Aplicações interfinanceiras de liquidez	245.571	275.698	Fiscais e previdenciárias	11.439	8.887
Aplicações no mercado aberto	641	500	Diversas	56	17.376
Aplicações em depósitos interfinanceiros	244.930	275.198	Exigível a longo prazo	22.987	21.503
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	4.088	6.789	Outras obrigações	22.987	21.503
Carteira própria	2.067	-	Fiscais e previdenciárias	305	21.503
Vinculados à prestação de garantias	2.021	6.789	Diversas	22.682	-
Outros créditos	6.641	3.689	Patrimônio líquido	299.274	271.960
Diversos	6.641	3.689	Capital:		
Outros valores e bens	8	-	De domiciliados no exterior	152.872	152.872
Despesas antecipadas	8	-	Aumento de capital	16.470	-
Realizável a longo prazo	77.428	32.024	Reserva de lucros	129.932	119.088
Outros créditos	77.428	32.024			
Diversos	77.428	32.024			
Permanente	-	258			
Investimentos	-	258			
Outros investimentos	-	258			
Total do ativo	333.756	319.726	Total do passivo	333.756	319.726

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

Eventos						
	Capital social	Aumento de capital	Reserva de lucros		Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total
			Legal	Estatutária		
SalDOS em 31 de dezembro de 2015	152.872	-	13.248	106.104	-	272.224
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	28.354	28.354
Reserva estatutária	-	-	-	6.519	(7.937)	(1.418)
Outras reservas	-	-	1.418	-	-	1.418
Dividendos pagos	-	-	-	(8.201)	-	(8.201)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(20.417)	(20.417)
SalDOS em 31 de dezembro de 2016	152.872	-	14.666	104.422	-	271.960
Aumento de capital	-	16.470	-	-	-	16.470
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	30.221	30.221
Reserva estatutária	-	-	-	9.333	(9.333)	-
Outras reservas	-	-	1.511	-	(1.511)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(19.377)	(19.377)
SalDOS em 31 de dezembro de 2017	152.872	16.470	16.177	113.755	-	299.274
SalDOS em 30 de junho de 2017	152.872	-	15.287	104.422	11.797	284.378
Aumento de capital	-	16.470	-	-	-	16.470
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	17.803	17.803
Reserva estatutária	-	-	-	9.333	(9.333)	-
Outras reservas	-	-	890	-	(890)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(19.377)	(19.377)
SalDOS em 31 de dezembro de 2017	152.872	16.470	16.177	113.755	-	299.274

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A. (Corretora) tem por objetivo social, entre outras atividades, exercer funções de agente emissor de certificados, intermediar em operações de câmbio, comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros, instituir, organizar e administrar fundos mútuos e clubes de investimento, agir como correspondente de outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e exercer outras atividades expressamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil e/ou pela Comissão de Valores Mobiliários.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, e normas emanadas do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e incluem estimativas contábeis que consideram fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a provisão para contingências, registradas de acordo com a Resolução nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, e Carta Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, do BACEN, e a valorização de títulos e valores mobiliários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Corretora revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Consideram-se caixa e equivalentes de caixa as disponibilidades e aplicações financeiras, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias contados da data de sua emissão, cujos recursos podem ser convertidos imediatamente em caixa, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança em seu valor.

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos classificados para negociação e os disponíveis para venda são avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado e os classificados como títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados ao valor recuperável, quando aplicável.

Os títulos para negociação estão classificados no ativo circulante, independente do prazo de vencimento.

Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados para negociação são reconhecidos no resultado do período.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Corretora não possui títulos classificados como disponível para venda e mantidos até o vencimento.

d) Investimentos

As participações acionárias, não destinadas à manutenção da Corretora, e os títulos patrimoniais estão apresentados pelo seu valor de custo.

e) Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação de índices, foram atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações foram refletidas no resultado do exercício.

f) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real anual excedente aos limites fiscais estabelecidos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% do lucro antes do imposto de renda apurado no período entre 01 de janeiro a 31 de agosto de 2015 e a partir de 01 de setembro de 2015 a 20%, conforme Lei nº 13.169 de 06 de outubro de 2015. A majoração da alíquota aplica-se até 31 de dezembro de 2018 e a partir de 01 de janeiro de 2019 a alíquota volta a ser de 15%.

Os créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social são calculados sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa, em conformidade com o respectivo estudo de realização futura, determinada pela Resolução nº 3.059/02 do BACEN e são constituídos as taxas vigentes à época das demonstrações financeiras, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos sendo realizado quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes e serão realizados, também, conforme alíquota vigente descrita no parágrafo acima. Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social apurados em exercícios anteriores são compensados respeitado o limite de 30% do lucro tributável.

g) Apuração de resultado

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, observado o critério “pro rata temporis” para as despesas e receitas de natureza financeira.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Semestre	Exercício	Exercício
	2017	2017	2016
Receitas da intermediação financeira	10.757	25.734	35.350
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	10.757	25.734	35.352
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	-	(2)
Resultado bruto da intermediação financeira	10.757	25.734	35.350
Outras receitas/despesas operacionais	(243)	(1.423)	(938)
Outras despesas administrativas	(463)	(1.154)	(963)
Despesas tributárias	(773)	(1.896)	(1.663)
Outras receitas operacionais	1.493	2.810	3.270
Outras despesas operacionais	(500)	(1.183)	(1.582)
Resultado operacional	10.514	24.311	34.412
Resultado não operacional	5.811	14.627	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro	16.325	38.938	34.412
Imposto de renda e contribuição social	1.478	(8.717)	(6.058)
Provisão para imposto de renda	1.081	(4.498)	(3.096)
Provisão para contribuição social	775	(3.697)	(2.564)
Ativo fiscal diferido	(378)	(522)	(398)
Lucro/prejuízo líquido do semestre/exercício	17.803	30.221	28.354
Juros sobre capital próprio	(19.377)	(19.377)	(20.417)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

	Semestre	Exercício	Exercício
	2017	2017	2016
Atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado do semestre/exercício	11.992	15.594	28.354
Lucro líquido do semestre/ exercício	17.803	30.221	28.354
Resultado não operacional	(5.811)	(14.627)	-
Variação de ativos e obrigações	(20.309)	(16.959)	(3.038)
Redução (aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	17.679	30.268	(6.455)
Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários	2.752	2.701	(21)
Aumento (redução) em outros créditos	(45.772)	(48.356)	(1.783)
Redução (aumento) em outros valores e bens	27	(8)	7
Redução (aumento) em outras obrigações	5.005	(1.564)	5.214
Caixa líquido (aplicado) em atividades operacionais	(8.317)	(1.365)	25.316
Atividades de investimento			
Alienação (aquisição) de investimento	66	258	-
Caixa líquido originado em atividades de investimento	66	258	-
Atividades de financiamento			
Juros sobre capital próprio	-	-	(20.417)
Dividendos pagos	-	-	(8.201)
Caixa líquido (aplicado) em atividades de financiamento	-	-	(28.618)
Aumento (redução) nos fluxos de caixa	(8.251)	(1.107)	(3.302)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	8.912	1.768	5.070
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	661	661	1.768
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(8.251)	(1.107)	(3.302)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

h) Resultado por ação

O lucro por ação é calculado dividindo-se o lucro pelo número de ações nominativas em poder dos acionistas no fechamento dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

4. Gerenciamento de riscos

O gerenciamento e o acompanhamento das exposições ao risco operacional são efetuados por área independente de forma consolidada, como segue:

Risco operacional

A possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência, ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos são gerenciadas através de estrutura criada com essa finalidade, que contempla instrumentos de identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação de riscos operacionais desenvolvidos por sua controladora ING Group (Amsterdã - Holanda). A Administração da Corretora participa ativamente no processo de implementação e manutenção desta estrutura, estabelecendo regras e mandatos que atribuem deveres e responsabilidades e disseminam a política de risco operacional aos diversos níveis da Corretora. Para o cálculo da parcela referente ao risco operacional, definida pela Circular nº 3.383/08 e 3.476/09 do Banco Central do Brasil, foi adotada a metodologia de Abordagem do Indicador Básico.

...continuação



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

5. Caixa e Equivalente de caixa

	2017	2016
Disponibilidades	20	1.268
Aplicações no mercado aberto	641	500
Caixa e equivalentes de caixa	661	1.768

6. Aplicações interfinanceiras de liquidez

A carteira de aplicações interfinanceiras de liquidez é composta por aplicações no mercado aberto no montante de R\$ 641 (R\$ 500 em 2016) e certificados de depósitos interfinanceiros no montante de R\$ 244.930 (R\$ 275.198 em 2016) com vencimento de três a doze meses.

7. Títulos e valores mobiliários

A composição da carteira de títulos e valores mobiliários, o custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, o valor de mercado e a segregação por faixas de vencimento estão demonstradas como segue:

Títulos e valores mobiliários				
	2017		2016	
	Até 3 meses	Valor contábil/mercado	Custo Atualizado	Valor contábil/mercado
Carteira própria para negociação				
Letras do tesouro nacional	2.067	2.067	2.065	-
	2.067	2.067	2.065	-
Vinculados à prestação de garantias				
Outros	2.021	2.021	2.021	6.789
	2.021	2.021	2.021	6.789

O valor de mercado representa o fluxo de caixa futuro trazido a valor presente pelas taxas calculadas a partir da estrutura a termo das taxas de juros estimadas pela ANBIMA ou agentes de mercado, se necessário. Os títulos públicos federais encontram-se custodiados em conta própria no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC).

Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

8. Outros créditos - Diversos

Créditos diversos			
	2017		2016
	Circulante	Longo prazo	Circulante
Créditos tributários - Impostos e contribuições (Nota 11)	-	-	-
Impostos a compensar	6.641	1.345	3.139
Depósitos judiciais (Nota 10.c)	-	76.083	-
Devedores diversos país	-	-	550
Total	6.641	77.428	3.689

9. Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias

Obrigações fiscais e previdenciárias			
	2017		2016
	Circulante	Longo prazo	Circulante
Impostos e contribuições a recolher	3.243	-	3.224
Imposto de renda e contribuição social	8.195	-	5.661
Impostos e contribuições diferidos	1	305	-
Provisão para riscos fiscais (*)	-	-	2
Total	11.439	305	8.887

(*) Em 2017, os valores de provisões fiscais foram reclassificados por orientação do BACEN, da linha de provisões para riscos fiscais para Outras Obrigações diversas - Provisão para contingências.

Em 2016 a provisão para riscos fiscais é representada basicamente por obrigações legais de natureza tributária relacionadas a imposto de renda e contribuição social, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas e depositadas judicialmente pelo valor integral em discussão.

Os principais processos referem-se à exigência de IRPJ e CSLL sobre a receita da alienação das ações da Bovespa e da BM&F S.A. que substituíram os títulos patrimoniais, quando do processo de desmutualização, no valor atualizado de R\$ 16.883 (R\$ 16.043 em 2016), foi apresentado recurso voluntário no CARF, pendente de julgamento. E processos de PIS e Cofins contingencial no valor de R\$ 5.181 (R\$ 4.849 em 2016).

10. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

a) **Ativos contingentes:** em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não foram reconhecidos ativos contingentes e não há processos classificados como prováveis de realização.

b) **Passivos contingentes classificados como perda possível e sem provisão:** a Corretora possui processos administrativos e judiciais de natureza tributária cuja probabilidade de perda é avaliada como possível

pela Administração e assessores legais externos e para as quais não foram constituídas provisões. Dentre esses processos, relacionamos os mais relevantes:

- Auto de infração que tem como objeto a exigência de PIS e COFINS sobre a receita da alienação das ações da Bovespa e da BM&F S.A. que substituíram os títulos patrimoniais, quando do processo de desmutualização, no valor atualizado de R\$ 43.805 (R\$ 34.326 em 2016). Recurso voluntário julgado improcedente no CARF. ING CCT recorreu à esfera judicial, ainda pendente de julgamento.
- Auto de infração que tem como objeto a exigência de CPMF, em virtude de suposta falta de pagamento do tributo, processo encerrado (R\$ 9.354 em 2016). Recurso voluntário julgado improcedente no CARF. ING CCT recorreu à esfera judicial. Caso foi encerrado na esfera judicial com vitória da Corretora.
- Execução Fiscal que tem como objeto a exigência de IRRF nas operações de Hedge do ano fiscal de 1999, no valor atualizado de R\$ 5.646 (R\$ 5.218 em 2016). O IR retido na Fonte não foi retido em virtude de liminares obtidas pelos clientes. A autoridade fiscal discorda do procedimento adotado. Atualmente continua a discussão no âmbito judicial com a oposição de embargos de declaração diante da decisão contrária que não considerou os argumentos apresentados pela ING CCT. Adicionalmente aos processos acima relacionados, a Corretora possui outros processos fiscais com probabilidade de perda possível no montante de R\$ 10.173 (R\$ 8.840 em 2016).
- c) **Depósitos judiciais:** correspondem, basicamente, a processos judiciais relativos a obrigações legais de natureza tributária. Os principais valores depositados estão relacionados a exigência de PIS e COFINS sobre a receita da alienação das ações da Bovespa e da BM&F S.A. no montante de R\$ 43.805, depósito feito em 2017, IRPJ e CSLL sobre a receita da alienação das ações da Bovespa e da BM&F S.A. no montante de R\$ 16.883 (R\$ 16.043 em 2016), créditos de IRRF 1999 no montante de R\$ 5.646 (R\$ 5.321 em 2016), suspensão da exigibilidade da contribuição ao PIS no montante de R\$ 2.742 (R\$ 2.563 em 2016), suspensão da exigibilidade da COFINS no montante de R\$ 2.625 (R\$ 2.438 em 2016) e compensação indevida de prejuízo fiscal no montante de R\$ 4.109 (R\$ 3.841 em 2016). O saldo remanescente de R\$ 274 (R\$ 261 em 2016) é composto, basicamente, por depósitos para interposição de recursos fiscais.

11. Imposto de renda e contribuição social

Nos termos da Resolução nº 3.059/02 e alterações introduzidas pela Resolução nº 3.355/06, ambas do BACEN, a Corretora não possui créditos tributários diferidos de IRPJ e CSLL em 2017 (R\$ 217 em 2016).

As movimentações de créditos e obrigações tributárias diferidas ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 estão demonstradas a seguir:

Créditos tributários diferidos			
	31/12/2016	Adições	Baixas
Outras provisões temporárias	217	-	(217)
Total	217	-	(217)

A conciliação dos valores registrados em contas de resultado a título de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido está demonstrada como segue:

	2017		2016	
	Imposto de renda	Con-tribuição social	Imposto de renda	Con-tribuição social
Apuração de imposto de renda e contribuição social				
Corrente				
Resultado antes dos impostos	38.938	38.938	34.412	34.412
(-) Juros sobre capital próprio	(19.377)	(19.377)	(20.417)	(20.417)
Resultado antes dos impostos ajustado	19.561	19.561	13.995	13.995
Adições (exclusões) temporárias	(1.113)	(1.113)	(821)	(821)
Atualização monetária do passivo contingente e variação monetária sobre depósitos judiciais	(1.307)	(1)	(820)	(820)
Outras adições	194	194	(1)	(1)
Adições (exclusões) permanentes	38	38	(353)	(353)
Exclusão sobre dividendos	(107)	(107)	(488)	(488)
Doações	80	80	85	85
Adições indedutíveis diversas	65	65	50	50
Base tributável	18.486	18.486	12.821	12.821
Imposto de renda/ contribuição social (alíquota 15% IR e 20% CS)	(2.773)	(3.697)	(1.923)	(2.564)
Adicional de imposto de renda (alíquota de 10%)	(1.825)	-	(1.258)	-
Incentivo fiscal	100	-	85	-
Imposto de renda e contribuição social	(4.498)	(3.697)	(3.096)	(2.564)

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas da

ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A. ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional

do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Corretora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Corretora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos

	2017		2016	
	Imposto de renda	Con-tribuição social	Imposto de renda	Con-tribuição social
Imposto de renda e contribuição social diferido				
Provisões não dedutíveis temporariamente	(1.306)	(1.306)	(824)	(824)
Base tributável diferida	(1.306)	(1.306)	(824)	(824)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(326)	(196)	(206)	(192)

12. Operações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas foram realizadas com base em condições usualmente praticadas pelo mercado e os saldos correspondentes em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão demonstrados como segue:

	2017	2016
Ativo e (passivo)		
Depósitos bancários	4	14
Aplicações em depósitos interfinanceiros	244.930	275.198
Aplicação em operações compromissadas	641	-
Juros sobre capital próprio	-	(17.354)
Receitas e (despesas)		
Rendas de aplicações em operações compromissadas	541	108
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	24.686	34.334
Outras despesas administrativas	(314)	(314)
Despesas com juros sobre o capital próprio	(19.376)	(20.417)

As mencionadas operações foram realizadas com o ING Bank N.V. Filial São Paulo em condições e taxas de mercado vigentes na data, conforme Resolução nº 3.750/09 do Conselho Monetário Nacional (CMN).

13. Patrimônio líquido

O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 169.342 e está representado por 86.256.718 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 43.128.359 ordinárias e igual quantidade de preferências.

A reserva de lucros é constituída ao final de cada exercício social na forma prevista na legislação societária brasileira, sem designação específica, podendo ser utilizada para distribuição de dividendos ou futuro aumento de capital, de acordo com o que for definido pelos acionistas em atos societários pertinentes.

É assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, conforme estabelecido no estatuto social, e ajustado na forma da legislação vigente, ao qual poderá ser imputado o valor dos juros pagos ou provisionados, a título de remuneração do capital próprio.

Em conformidade com a Lei nº 9.249/95 e alterações posteriores, a Administração da Corretora deliberou pela distribuição de juros sobre o capital próprio, calculados com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), no montante de R\$ 19.377 (R\$ 20.417 em 2016).

De acordo com a Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 21 de dezembro de 2017, foi aprovado aumento do capital de R\$ 16.470, mediante subscrição de 4.901.812 novas ações nominativas, sem valor nominal e não conversível em outras formas. O aumento de capital da Corretora de R\$ 16.470 para R\$ 169.342 encontra-se em processo de aprovação no BACEN.

14. Informações adicionais

a) A exigência de patrimônio líquido é apurada de forma consolidada, considerando as entidades financeiras do Grupo ING, nos termos da Resolução nº 2.283/96, do Conselho Monetário Nacional e alterações posteriores. Em 31 de dezembro de 2016, o valor do índice de Basileia era de 21,4% (22,6% em 2016).

b) Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não havia operações próprias com instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e compensação.

c) Outras despesas administrativas correspondem, substancialmente, as despesas de serviços do sistema financeiro nacional R\$ 46 (R\$ 46 em 2016), despesas de comunicações R\$ 64 (R\$ 118 em 2016), despesas com convênio R\$ 314 (R\$ 314 em 2016), despesas com publicações oficiais R\$ 73 (R\$ 72 em 2016), contribuições filantrópicas R\$ 100 (R\$ 70 em 2016) e outras despesas administrativas no montante de R\$ 557 (R\$ 381 em 2016).

d) Outras receitas operacionais correspondem a atualização monetária sobre depósitos judiciais R\$ 2.486 (R\$ 2.366 em 2016), dividendos R\$ 107 (R\$ 88 em 2016), outras receitas operacionais no montante de R\$ 217 (R\$ 213 em 2016) e atualização monetária e receita sobre restituição de títulos precatórios R\$ 203 em 2016.

e) Outras despesas operacionais correspondem a atualização de riscos fiscais no valor de R\$ 1.179 (R\$ 1.582 em 2016).

f) Resultado não operacional, no montante de R\$ 14.627, sendo R\$ 8.812 no primeiro semestre, referente ao resgate das ações da CETIP em virtude da unificação da BM&F Bovespa e Cetip (B3 Brasil Bolsa Balcão) e alienação total das demais ações da B3 Brasil Bolsa Balcão no segundo semestre no valor de R\$ 5.811.

A Diretoria

RICARDO E. OTANI - CONTADOR - CRC 1SP221880/O-6

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de

nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

São Paulo, 20 de março de 2018

Luciana Liberal Sâmia
Contadora CRC 1SP198502/O-8

<http://www.ingwb.com/network-offices/americas/brasil>

Informação em Dobro

Assine o DCI no plano anual e receba por 6 meses a revista de sua preferência, por apenas:

Veja:

12 x R\$ 61,00
(no cartão de crédito ou 6x no boleto bancário)

Exame:

12 x R\$ 55,60
(no cartão de crédito ou 6x no boleto bancário)

Você S/A:

12 x R\$ 49,35
(no cartão de crédito ou 6x no boleto bancário)

DCI

Diário
Comércio
Indústria
& Serviços

R\$3.00
EDIÇÃO NACIONAL

dcicom.br

ANO XVI • NÚMERO 3803
QUARTA-FEIRA
21 DE MARÇO DE 2018

Retomada de empresas eleva
remessa de lucros ao exterior

ATIVIDADE

• A remessa de lucros e dividendos de empresas que operam no Brasil para suas matrizes no exterior somou US\$ 11,217 bilhões entre janeiro e setembro de 2017, avanço de 16,2% na comparação com igual período do ano passado. Ainda líquida de encargos tributários, US\$ 1,237 bilhão em setembro, alta de 39,5% em relação ao mesmo mês de 2016, segundo o Banco Central. Para esse incremento, foi fundamental a melhoria do desempenho das empresas. "As companhias apresentaram resultados mais fortes que os de 2016, inclusive porque os resultados do ano passado estabeleceram uma base de comparação fraca", diz Hélio Toldado, chefe da Pesquisa Econômica. Após a avaliação dos resultados no primeiro semestre deste ano, as principais companhias listadas em bolsa devem seguir com performance positiva no terceiro trimestre, segundo projeção do IBO-Futural. A estimativa aponta que 60 de 60 grandes empresas terão receita líquida superior à registrada de julho a setembro do ano passado. Outro fator que ajudou esse movimento foram ajustes feitos pelas companhias nos anos de crise, com a realização de cortes de gastos e ganhos de eficiência. Em 2016, o erro de despesa remessa de lucros chegou a 40%.

RECUPERAÇÃO

Saida líquida de lucros e dividendos • Em bilhões de US\$

363 283 296 283 20,8 19,4 23 25,5

2016 2017 2018 2019 2020 2021 2022 2023

PROJEÇÃO

Fonte: Banco Central, IBO-Futural

DESTAQUES

Mudanças em lei de leniência melhora segurança jurídica

"Será mais difícil derrubar os indicados às penas administrativas do BC e da CVM. Haverá mais segurança jurídica no processo", diz a advogada Patrícia Aguiar sobre o projeto de lei que substitui a MP da leniência de bancos. **PRÓXIMA**

Volta do calçado chinês em 2021 já preocupa

INDÚSTRIA

• Mesmo com o direito antidumping contra a China valendo, o setor calçadista segue enfrentando dificuldades e a situação pode piorar com fim da medida, já que, em meio à crise, o Brasil possui uma competitividade em relação aos asiáticos. Hoje, a indústria conta com o calçado chinês de US\$ 10,22, em valor desde 2011 e volta a ser possível em 2021. **PRÓXIMA**

83,5%

• Foi a queda das importações brasileiras de calçados da China, entre 2011 e 2017, quando elas atingiram um pico de US\$ 218,7 milhões em 2010, os valores importados pelo Brasil das fábricas chinesas caíram mais de seis vezes, somando US\$ 35,9 milhões no ano passado. "O problema não está no exterior, mas sim no Brasil", diz o presidente do Sindicato da Indústria Calçadista do Brasil (Sindicalista), José Carlos Bispo de Castro. "Precisamos nos preparar, caso contrário podemos ver

OU VAI OU RACHA

O governo tenta a última carta para salvar a reforma da Previdência e resolver um rombo monumental

veja

EXCLUSIVO

A BOMBA DE PALCO

Em sua proposta de delação, o ex-ministro promete contar sua história ao lado de Lula em 2022

O ponto crítico: partido que ganha dinheiro de "procedência estrangeira" está sujeito

AMANDA PABLO, 37 ANOS

VÍCIO EM SMART

Está comprovado: mais de 60 milhões de brasileiros, como você, são viciados em smartphones

EXAME

50

A REVOLUÇÃO NEGÓCIO

Ao longo de cinco décadas, EXAME retratou a economia, as empresas e a gestão no Brasil. As mudanças não param. Saiba o que REPORTAGEM NA CHINA, NA ALEMANHA, NOS ESTADOS UNIDOS E NA

você s/a

A VEZ DOS TRANS

NO MUNDO CORPORATIVO

NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS, CHEGOU QUASE 300K O NÚMERO DE EMPRESAS INTERESSADAS EM CAPACITAR, CONTRATAR E INCLUIR ESSE PÚBLICO. POR QUE ISSO É UMA VANTAGEM COMPETITIVA PARA AS EMPRESAS E PARA OS PROFISSIONAIS QUE TRABALHAM NELAS

ORGANIZE SUAS CONTAS • COMO SE LIDAR COM DIVÍDUAS, POUPIAR E INVESTIR MELHOR EM 2018

Ligue:
(11) 5095-5335
São Paulo e Gde. SP

dcicom.br
/jornaldei
@jornaldei
dei